

Laura Machado de Oliveira

O DIREITO
DO TRABALHO
PENITENCIÁRIO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Laura Machado de Oliveira

Categoria: Direito do Trabalho

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Oliveira, Laura Machado de

O Direito do Trabalho Penitenciário. / Laura Machado de
Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.

284 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 249-261.

ISBN: 978-85-8440-979-2

1. Direito Penitenciário - Trabalho Prisional - Brasil. 2. Direito
do Trabalho Penitenciário - Execução Penal - Trabalho Obrigatório
- Ressocialização. I. Título.

CDD - 341.5823

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XIII
Introdução	1
1. A Relação de Emprego no Brasil	5
1.1. Objeto de estudo e finalidade do direito do trabalho.....	5
1.2. Natureza jurídica do direito do trabalho.....	10
1.3. Os elementos essenciais da relação de emprego.....	16
1.3.1. Pessoaalidade	17
1.3.2. Não eventualidade	20
1.3.3. Onerosidade.....	22
1.3.4. Subordinação	28
1.4. Os conceitos para o empregado e para o empregador.....	36
1.4.1. Empregado.....	36
1.4.2. Empregador.....	39
1.5. O contrato de trabalho.....	42
1.5.1. O elemento nuclear.....	48
2. O Trabalho do Apenado no Atual Contexto Brasileiro	53
2.1. A classificação do trabalho prisional	54
2.1.1. Em relação aos regimes prisionais	54
2.1.1.1. Regime fechado	56
2.1.1.2. Regime semiaberto.....	57
2.1.1.3. Regime aberto	60
2.1.2. Em relação ao local.....	62
2.1.2.1. Trabalho interno	62
2.1.2.2. Trabalho externo	63
2.1.3. Em relação ao beneficiário	66
2.1.3.1. Em prol da administração pública.....	66
2.1.3.2. Em prol da iniciativa privada.....	67
2.2. O trabalho obrigatório.....	69

2.2.1. Trabalho forçado, trabalho obrigatório e trabalho degradante	77
2.2.2. A (não) receptividade do trabalho obrigatório	80
2.3. Natureza jurídica do trabalho penitenciário	87
2.4. Benefícios e direitos relativos aos condenados na execução laboral.....	92
2.4.1. Remição	94
2.4.1.1. A Remição no regime aberto.....	97
2.4.2. Remuneração	99
2.4.3. Previdência social	106
2.4.4. Demais direitos concedidos aos presos.....	109
2.5. A ressocialização do apenado	110
2.5.1. O princípio da dignidade da pessoa humana ao encarcerado.....	117
2.5.2. O princípio da humanidade.....	125
3. A Marginalização Celetista e a Possibilidade da Configuração do Vínculo Empregatício do Apenado	129
3.1. A marginalização celetista	129
3.1.1. Argumentos para o não reconhecimento da relação de emprego.....	132
3.1.1.1. O não reconhecimento do vínculo empregatício no Tribunal Superior do Trabalho.....	139
3.1.1.2. O não reconhecimento do vínculo empregatício nos Tribunais Regionais do Trabalho	142
3.2. A presença dos elementos configuradores da relação de emprego.....	146
3.2.1. Argumentos para o reconhecimento da relação de emprego	156
3.2.1.1. O princípio da primazia da realidade e a teoria do contrato-realidade.....	156
3.2.1.2. O princípio da proteção	159
3.2.1.3. A tendência expansionista do direito do trabalho	163
3.2.1.4. A valorização do trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana	167
3.2.1.5. O princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas.....	171
3.2.1.6. O elemento volitivo.....	175
3.2.1.7. Tutela estatal	181
3.2.1.8. A finalidade do trabalho carcerário.....	182
3.2.1.9. A evolução dos direitos humanos dos encarcerados.....	190
3.2.1.10. Os direitos trabalhistas e a sentença penal condenatória.....	192

3.3. Aplicações do trabalho carcerário no Brasil e breve perspectiva comparada	200
3.3.1. O Projeto de Lei n. 3.392/2012.....	200
3.3.2. Projeto Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça.....	203
3.3.3. O trabalho prisional em Minas Gerais	204
3.3.4. O trabalho prisional no Rio Grande do Sul.....	206
3.3.4.1. Programa Jovem Aprendiz.....	207
3.3.5. O trabalho prisional do Distrito Federal.....	208
3.3.6. O trabalho prisional na Espanha.....	210
3.4. A necessidade de uma nova regulamentação para o trabalho prisional	225
Considerações Finais	243
Referências	249